

AS CATEGORIAS EM HEGEL: LÓGICA, METAFÍSICA E MÉTODO

CATEGORIES IN HEGEL: LOGIC, METAPHYSICS, AND METHOD

Rômulo Ferreira Corrêa *

RESUMO: O artigo investiga o problema das categorias no interior da tradição filosófica, tendo como ponto de chegada a *Ciência da Lógica* de Hegel. Para situar sua especificidade, analisamos o tratamento das categorias em Aristóteles e Kant, considerando em cada autor a definição do conceito de categoria, o método empregado em sua dedução e a relação estabelecida entre lógica e metafísica. Mostramos como, em Hegel, a questão encontra uma reformulação decisiva: a ordenação das categorias não é concebida como lista arbitrária nem como simples condição de possibilidade da experiência, mas como o desenvolvimento imanente do pensamento, em que lógica e metafísica coincidem. O estudo busca assim evidenciar de que modo o método dialético hegeliano responde ao problema da cientificidade da filosofia, articulando a dedução categorial à identidade entre ser e pensamento.

PALAVRAS-CHAVE: Categorias; Lógica; Metafísica; Método; Hegel

ABSTRACT: The article investigates the problem of categories within the philosophical tradition, with Hegel's *Science of Logic* as its point of arrival. To situate its specificity, we analyze the treatment of categories in Aristotle and Kant, considering in each author the definition of the concept of category, the method employed in its deduction, and the relation established between logic and metaphysics. We show how, in Hegel, the issue undergoes a decisive reformulation: the ordering of categories is not conceived as an arbitrary list nor as a mere condition of possibility of experience, but as the immanent development of thought, in which logic and metaphysics coincide. The study thus seeks to highlight how the Hegelian dialectical method responds to the problem of the scientific character of philosophy, articulating the categorial deduction with the identity of being and thought.

KEYWORDS: Categories; Logic; Metaphysics; Method; Hegel

1. Introdução

Desde a Antiguidade, a filosofia recorre às categorias como instrumentos fundamentais para pensar a relação entre ser e pensamento. Mas o que são exatamente as categorias? São apenas modos da linguagem, como sugerem certas leituras de Aristóteles? São formas *a priori* do entendimento, como em Kant? Ou seriam determinações do próprio ser, como propôs Hegel? Essas questões atravessam a história da filosofia e dizem respeito, em última instância, ao estatuto científico da disciplina: se a filosofia pode ou não deduzir conhecimento novo a partir do pensamento puro. É nesse horizonte que se insere o presente estudo, que busca compreender o lugar das categorias em Hegel, em contraste com Aristóteles e Kant.

*Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: romuloferreiracorrea@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4308-1747>



Investigar as categorias é, portanto, perguntar pelas condições de possibilidade do conhecimento, pela relação entre lógica e metafísica, e, sobretudo, pelo método pelo qual as categorias podem ser deduzidas, sistematizadas e ordenadas em suas relações necessárias. Ao encontro desses questionamentos vai o resgate das duas principais paragens anteriores a Hegel na trajetória das categorias dentro do debate filosófico: Aristóteles e Kant. Em Aristóteles, as categorias são inauguradas como tema da lógica, aparecendo como predicados fundamentais, mas sem um método de dedução que explique sua origem e encadeamento. Não obstante, a tradição aristotélica indica a tendência de transformá-las em um sistema, seja pelo próprio ordenamento do *corpus aristotelicum*, seja pela divisão da filosofia em diferentes disciplinas, mas ainda sem conseguir fundamentar o caminho que leva da categoria mais geral às mais particulares. Em Kant, essa problemática se reformula: as categorias são pensadas como formas *a priori* do entendimento e, portanto, condições de possibilidade do conhecimento. Com Kant, surge explicitamente a exigência de uma dedução transcendental das categorias; no entanto, há controvérsias quanto ao método utilizado para gerar sua tabela de categorias e juízos. Em Hegel, finalmente, a “dedução categorial” é realizada pela lógica especulativa, entendida não como um procedimento externo, mas como o desenvolvimento imanente das próprias categorias. O sistema das categorias é, assim, produzido pelo seu próprio movimento interno, a partir de uma determinação inicial abstrata, que se transforma em outras, até alcançar a totalidade do sistema.

O objetivo deste artigo não é reconstruir exhaustivamente a história das categorias. O resgate e cotejo das considerações essenciais de Aristóteles e Kant sobre o tema se justifica, em primeiro lugar, para caracterizar a forma como o problema se apresentou a Hegel em seu tempo; mas também, em segundo lugar, porque o próprio Hegel vai considerar a sua posição sobre o tema como sendo o momento especulativo em relação ao qual Aristóteles foi o momento abstrato, e Kant o momento reflexivo – em outras palavras, como negação da negação de Aristóteles, e negação determinada de Kant –, conservando, mas também superando, a posição desses filósofos sobre o tema. Em Aristóteles, encontramos o ponto inaugural, ainda marcado pelo caráter de inventário; em Kant, a formulação crítica da necessidade de um método, embora não plenamente realizada. É nesse contexto que Hegel intervém, oferecendo na *Ciência da Lógica* (1812) uma solução sistemática, em que lógica e metafísica se identificam no processo dialético de exposição categorial. O que nos interessa, portanto, é compreender como Hegel retoma e transforma essa problemática, mostrando que a unidade do sistema categorial só pode ser alcançada pelo próprio movimento imanente das categorias.

2. O problema das categorias em Aristóteles e Kant

Conforme já esclarecido, o exame de Aristóteles e Kant, realizado neste capítulo, não se justifica por pretender esgotar o tratamento que cada um deles deu ao tema das categorias, mas porque, à luz da lógica hegeliana, suas contribuições revelam uma importância que ultrapassa o próprio horizonte em que foram originalmente concebidas. É sabido que Aristóteles não se preocupou em estabelecer um método de dedução das categorias, e tampouco formulou essa questão como problema filosófico; ainda assim, a tradição posterior interpretou sua enumeração como ponto inaugural de uma problemática que só mais tarde ganharia centralidade. O mesmo vale para Kant: sua dedução transcendental das categorias não tem o mesmo sentido que ela assumirá em Hegel, mas se torna retrospectivamente fundamental, pois inaugura o gesto crítico de exigir um método, mesmo que esse não se realize de forma plena. Assim, tanto em Aristóteles quanto em Kant, encontramos não apenas concepções distintas de categorias, mas também momentos necessários de um percurso cuja inteligibilidade só se completa na lógica especulativa.

2.1 As categorias em Aristóteles

O tratado *Categorias* é um dos textos inaugurais da lógica antiga. Nele Aristóteles apresenta uma lista de dez determinações fundamentais que funcionam como modos possíveis de predicação. A famosa enumeração aparece já no início:

Cada uma das palavras ou expressões não combinadas significa uma das seguintes coisas: o que (a substância), quão grande, quanto (quantidade), que tipo de coisa (qualidade), com o que se relaciona (relação), onde (o lugar), quando (o tempo), qual a postura (posição), em quais circunstâncias (o estado ou condição), quão ativo, qual o fazer (a ação), quão passivo, qual o sofrer (a paixão).¹

Com essa enumeração, Aristóteles inaugura o problema das categorias. Pela primeira vez na história da filosofia, há uma tentativa de organizar de modo explícito as formas mais gerais de dizer e pensar o ser. No entanto, essa exposição parece ter um caráter inventarial. Trata-se mais de um catálogo de categorias do que de uma dedução a partir de um princípio único. Como o filósofo estagirita chegou precisamente a essas categorias, é objeto de longa controvérsia na literatura².

¹ ARISTÓTELES. *Órganon*. Tradução de Edson Bini, São Paulo: Edipro, 1. ed., 2005, p. 41.

² Cf. STUDEMANN, Paul. *Aristotle's Categories*. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2018.

Uma corrente de intérpretes, exemplificada por J. L. Ackrill, entende que o ponto de partida foram os diferentes modos de interrogar sobre a realidade. Certos tipos de perguntas – como “o que é isto?” – só podem receber respostas em termos de substância; já questões sobre quantidade exigem respostas de outra natureza, e assim sucessivamente³. A partir dessa diferenciação, Aristóteles teria percebido que apenas um número limitado de alternativas se apresenta em cada caso. Contudo, Ackrill insiste que essa lista não deve ser lida apenas como uma taxonomia linguística, mas como uma tentativa de indicar as estruturas ontológicas às quais as palavras remetem⁴. As categorias, nesse sentido, dizem respeito às coisas mesmas, e não apenas aos nomes que as designam.

Outros comentadores, entretanto, caminham em direções diferentes. Há os que sustentam que Aristóteles derivou suas categorias diretamente da análise gramatical, supondo uma correspondência estreita entre formas da linguagem e formas do mundo⁵. Em oposição, outros consideram que a lista não dependeu de considerações linguísticas, mas de exigências mais concretas da ontologia: toda coisa sensível deve ser relacionada a algum tipo fundamental de entidade, e são esses tipos que Aristóteles teria buscado elencar⁶. Apesar da divergência quanto ao caminho seguido, prevalece entre os estudiosos a percepção de que Aristóteles partilha uma atitude realista em relação às categorias. Mais do que uma enumeração de expressões, elas seriam uma tentativa de registrar os gêneros mais amplos do ser. Essa leitura, caracterizada por Brian Carr como “realismo categorial”⁷, entende a categorização como tarefa nuclear da metafísica: oferecer um inventário sistemático daquilo que existe nos níveis mais gerais de abstração.

É precisamente sobre o seu incógnito “modo de derivação”, bem como sobre a ausência de tematização sobre a relação entre lógica e metafísica no tratamento das categorias, que repousa o limite da proposta aristotélica, pelo menos se a confrontamos com os problemas posteriores da filosofia. Ainda assim, esse inventário de categorias teve força fundadora, ao estabelecer um vocabulário conceitual a partir do qual a tradição filosófica ocidental construiu, e segue

³ ACKRILL, J. L. *Aristotle's Categories and De Interpretatione* (translation with notes), Oxford: Clarendon Press, 1963, p. 78-79.

⁴ ACKRILL. *Aristotle's Categories and De Interpretatione*, p. 71.

⁵ Cf. BAUMER, Michael. *Chasing Aristotle's Categories down the Tree of Grammar*, *Journal of Philosophical Research*, 18, 1993, p.341-449

⁶ Cf. MORAVCSIK, J. M. E. *Aristotle's Theory of Categories*, in *Aristotle: A Collection of Critical Essays*, Garden City: Doubleday and Co. 1967, p.125-148.

⁷ Cf. CARR, Brian. *Metaphysics: An Introduction*, Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press International, 1987.

construindo, seus edifícios teóricos. A ambivalência com que a literatura contemporânea ainda discute a abordagem aristotélica, oscilando entre interpretações semânticas e ontológicas, é central para entender tanto a fecundidade quanto os limites do tratado. Do ponto de vista metodológico, porém, permanece aberta a questão: qual princípio governa a passagem de uma categoria a outra, ou sua ordenação? Aristóteles não oferece um método para gerar ou deduzir essas categorias. Não há em sua exposição uma regra sistemática que explique por que exatamente dez, nem por que estas e não outras. Esse *déficit* metodológico é justamente o que a tradição posterior tentará resolver.

Apesar do caráter inventarial, Aristóteles deixa transparecer em alguns momentos uma organização hierárquica das categorias, o que sugere uma preocupação metodológica e sistemática quanto à sua exposição. A mais significativa é a primazia da substância (*ousia*), da qual dependem todas as demais categorias. Isso fica claro na distinção entre substâncias primárias (os indivíduos) e substâncias secundárias (espécie e gênero):

À parte, portanto, das substâncias primárias, somente espécie e gênero entre todas as coisas restantes, são acertadamente classificados como substâncias secundárias, visto serem eles unicamente que, entre todos os possíveis predicados, definem a substância primeira. [Com efeito] é somente pela espécie ou o gênero que se pode definir este ou aquele homem de uma maneira conveniente e apropriada.⁸

Aqui Aristóteles não apenas enumera, mas sugere uma ordem interna: os indivíduos são sustentados por espécies e gêneros, que funcionam como mediações conceituais. Isso aponta para um esboço de sistematicidade, ainda que fragmentário. Como bem recorda Ricardo Santos (2016), a preocupação com a ordenação sistemática das categorias em específico, e da filosofia em geral, não vem tanto de Aristóteles, mas da tradição que imediatamente o sucede. Os comentaristas, sobretudo a partir de Andrônico de Rodes e dos neoplatônicos, passam a questionar sobre a ordem de apresentação da filosofia, transformando o problema em uma questão, antes de tudo, pedagógica – de como expor e introduzir aos neófitos o estudo dos seus diferentes ramos –, mas também prenunciando o problema metodológico de “por onde começar” a exposição categorial, e de como apresentar de forma necessária as relações entre as categorias.

Esse deslocamento é importante porque mostra como a tradição filosófica posterior começou a sentir a insuficiência do mero inventário. O esforço de Porfírio em sua *Isagoge*⁹ ilustra

⁸ ARISTÓTELES. *Órganon*, p. 44.

⁹ Cf. PORFÍRIO. *Isagoge. Introdução às Categorias de Aristóteles*. Trad., pref. e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa: Guimarães, 1994.

bem essa tentativa: ao introduzir a célebre árvore dos gêneros, ele cria uma ferramenta que, partindo de um gênero supremo, divide e especifica até chegar às espécies e indivíduos. Ainda que limitada ao domínio da substância, a árvore já manifesta uma aspiração à derivação sistemática; algo ausente em Aristóteles, mas buscado por seus continuadores. Portanto, se em Aristóteles temos um quadro inicial, é na tradição que se desenha com mais clareza a questão que este artigo explora: como relacionar as categorias de maneira necessária? O caráter pós-aristotélico desse problema é fundamental para entender por que Kant e Hegel, séculos depois, se colocaram diante da mesma questão sob novas bases.

Essa tensão entre o inventário de Aristóteles e as tentativas posteriores de sistematização é o que dá fôlego ao debate sobre as categorias. O mérito de Aristóteles foi estabilizar um léxico filosófico indispensável, mas seu limite foi não fornecer um método genético. A tradição procurou suprir essa lacuna, mas o fez de modo fragmentário. Vale notar que essa tradição se fortalece ainda mais após o surgimento das universidades no século XII, ao fazer parte das três artes da linguagem (o *Trivium* Clássico: Lógica, Retórica e Gramática), onde as dez categorias aristotélicas passam a ser oficialmente reconhecidas como categorias metafísicas usadas para classificar os tipos de coisas do mundo. Apesar de algumas variações e desenvolvimentos pontuais, é esse o estado da arte que Kant encontra quando se propõe a abordar o problema.

2.2. *As categorias em Kant*

Com Kant, o problema das categorias é reformulado. Elas deixam de ser concebidas como meros predicados fundamentais, listados a partir da observação da linguagem ou do ser, e passam a ser entendidas como formas *a priori* do entendimento, condições universais e necessárias de possibilidade da experiência. Essa transformação assinala o deslocamento do eixo da discussão categorial: em Aristóteles, o problema era essencialmente ontológico e gramatical; em Kant, torna-se epistemológico. Perguntar pelas categorias já não significa apenas perguntar quais são as determinações do ente, mas investigar como é possível que haja conhecimento objetivo da experiência. Importa notar que, ao tratar do tema do conhecimento em geral, o que o projeto de Kant visa antes de tudo é investigar especificamente as condições de possibilidade da própria filosofia enquanto ciência.

Afinal, pode a filosofia gerar conhecimento? Podemos ou não podemos aprender coisas novas por meio da atividade puramente teórica? Como é possível formular proposições verdadeiras sobre a essência da realidade sem recorrer à experiência? Na verdade, a chave da questão

está na maneira como ela é formulada. É neste sentido que a formulação de Kant teve o mérito de jogar luz em aspectos até então ignorados do problema. Kant pergunta: *como é possível juízos sintéticos a priori?*

Uma das contribuições mais originais da filosofia kantiana é precisamente a distinção entre conhecimento analítico e conhecimento sintético. É por meio dessa distinção que Kant consegue realçar o que há de essencial na investigação tipicamente filosófica. O próprio autor define essa diferença da seguinte forma:

Em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado (...), esta relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo analítico ao juízo, no segundo, sintético.¹⁰

Kant caracteriza os juízos analíticos como juízos explicativos, porque neles “o predicado nada acrescenta ao conceito do sujeito e apenas pela análise o decompõe nos conceitos parciais, que já nele estavam pensados (embora confusamente)”; ao passo que os juízos sintéticos são considerados juízos extensivos, pois “acrescentam ao conceito de sujeito um predicado que nele não estava pensado e dele não podia ser extraído por qualquer decomposição”¹¹. Os juízos analíticos nada de novo nos ensinam a respeito do objeto sob exame, mas apenas esclarecem o que já se encontra contido no conceito que temos dele. Já por meio dos juízos sintéticos aprendemos um conhecimento novo, algo que não conseguimos aprender por meio da mera análise do seu conteúdo conceitual.

Isso quer dizer que, para Kant, existe uma via especulativa para a obtenção de novos conhecimentos, conhecimentos que vão além dos dados empíricos. Aristóteles já havia vislumbrado essa possibilidade quando estabeleceu duas fontes para o conhecimento: a indução (*epagôgê*) e o intelecto (*nous*). O conhecimento por indução sendo aquele tipicamente empírico, por meio do qual inferimos um princípio ou definição a partir da regularidade dos fenômenos observados no mundo; e o conhecimento via intelecto sendo aquele obtido via *demonstração* a partir dos princípios, ou pela via da *definição* de conceitos autoevidentes. Por não ter em mente a distinção analítico/sintético, a tradição aristotélica não problematizou a hierarquia das fontes do conhecimento, considerando, por isso, a via da demonstração intelectual uma maneira legítima, e mesmo superior, de aprender e gerar novos conhecimentos.

¹⁰ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Alexandre F. Morujão e Manuela P. dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 8. ed., 2013, p. 42-43.

¹¹ KANT. *Crítica da Razão Pura*, p. 43.

A busca pelo método sintético é, portanto, a busca por um método necessário de especulação *a priori*. Ou seja, é a busca por um método que seja capaz de nos guiar na identificação de relações categoriais não analíticas, porém necessárias; relações categoriais que usamos mesmo sem saber, mesmo sem querer, em todo e qualquer uso do entendimento, em toda e qualquer experiência. Por isso, são as formas puras do entendimento, as categorias, e as relações que elas mantêm entre si *a priori*, que devem fornecer a via segura do método a ser utilizado. Nas palavras de Kant:

Nem ao primeiro autor das categorias, nem a ninguém depois dele ocorreu uma tal compreensão da natureza das categorias, que ao mesmo tempo as confinava ao uso da simples experiência; mas, sem esta concepção (que depende muito exatamente da sua derivação ou dedução), elas são inteiramente inúteis, uma miserável nomenclatura, sem explicação e sem regra do seu uso.¹²

Como são precisamente as relações necessárias entre as categorias que perfazem os juízos sintéticos *a priori*, a busca por essas relações deve ser feita a partir de princípios claros e rigorosos, preocupação que não encontramos na tradição aristotélica dos estudos das categorias. Nas palavras do próprio Kant, “a procura destes conceitos fundamentais foi empresa digna de um espírito tão perspicaz como Aristóteles. Como, porém, não estava de posse de um princípio, respigou-os à medida que se lhe deparavam”¹³.

É nesse ponto que se inscreve a tarefa da *Crítica da Razão Pura*, em especial a da dedução transcendental das categorias, cujo objetivo é demonstrar a legitimidade dos conceitos puros do entendimento como condições da objetividade. Para Kant, sem a mediação das categorias, não haveria síntese entre intuições e conceitos, e, portanto, não haveria experiência possível. O problema metodológico se torna, assim, incontornável: as categorias não podem ser apenas supostas ou inventariadas, devem ser deduzidas de um princípio único, em cujo interior se justifique sua necessidade.

A proposta de Kant é tentar derivar a lista de categorias a partir das formas lógicas do juízo¹⁴. A cada tipo de juízo corresponderia uma categoria, de modo que a tabela resultante expressaria a estrutura fundamental do pensamento e, ao mesmo tempo, a estrutura da experiência. Sua hipótese é que a validade objetiva de qualquer juízo empírico não depende apenas da experiência, mas da presença de conceitos *a priori* que estruturam sua forma. Identificando

¹² KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda Metafísica futura**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 105.

¹³ KANT. **Crítica da Razão Pura**, p. 137.

¹⁴ KANT. **Crítica da Razão Pura**, p. 128-129.

todas as formas possíveis de juízo, Kant acredita ser possível derivar delas os conceitos mais gerais do entendimento, que operam em toda cognição. Para tanto, ele retoma a tradição lógica aristotélica, distinguindo quatro dimensões de classificação: quantidade, qualidade, relação e modalidade. Em cada uma dessas dimensões, surgem três alternativas – por exemplo, no caso da quantidade, juízos podem ser universais, particulares ou singulares; no da relação, podem ser categóricos, hipotéticos ou disjuntivos. Esse mapeamento o conduz a doze categorias do entendimento¹⁵. O resultado é um quadro sistemático e pretensamente exaustivo: cada objeto pode ser conhecido sob quatro aspectos fundamentais, cada qual com três variações, o que fornece ao entendimento uma rede conceitual completa para apreender a experiência. Nesse sentido, a tabela de categorias não seria apenas uma lista arbitrária, mas a reconstrução de um sistema que pretende abranger todas as formas possíveis de juízo objetivo.

No entanto, a passagem das formas de juízo às categorias em Kant continua a ser alvo de fortes questionamentos. Embora Kant afirme que haverá “tantos conceitos puros do entendimento (...) quantas as funções lógicas em todos os juízos possíveis que há na tábua anterior”¹⁶, a correspondência entre juízos e categorias não é transparente. Nigel Stang mostra que a dedução metafísica pressupõe condições não cumpridas, como a completude e a fundamentação independente da tabela de juízos, de modo que a derivação das categorias permanece metodologicamente frágil¹⁷. Michael Wolff chega a indagar se a tabela das formas de juízo é suficientemente precisa e completa para sustentar a tabela de categorias, concluindo que Kant não oferece uma demonstração satisfatória dessa precisão¹⁸. De modo semelhante, Chakrabarti observa que Kant não fornece uma definição clara de categoria, e que a correspondência estabelecida com os juízos é assumida sem critério inequívoco de coerência ou completude¹⁹. Assim, longe de eliminar o problema, Kant parece ter elevado a dificuldade já presente em Aristóteles a um nível mais sofisticado, mas ainda insuficiente: a passagem dos juízos às categorias conserva a aparência de enumeração, e não alcança a necessidade interna de um sistema categorial plenamente deduzido.

¹⁵ A saber: unidade, pluralidade, totalidade; realidade, negação, limitação; substância, causalidade, comunidade; possibilidade, existência e necessidade.

¹⁶ KANT. *Crítica da Razão Pura*, p. 136.

¹⁷ STANG, Nicholas. *Kant's Metaphysical Deduction of the Categories*. *European Journal of Philosophy*, v. 32, n. 1, p. 140-165, 2024, p.4-8.

¹⁸ WOLFF, Michael. *How Precise Is Kant's Table of Judgments?* In: CHAUVIRÉ, Christiane; TERRA, Ricardo R. (orgs.). *Kant and the Concept of Judgment*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2017. p. 17-38

¹⁹ CHAKRABARTI, Dipanwita. *The Kantian Notion of Categories and their Origin*. *Athens Journal of Humanities & Arts*, v. 10, n. 1, p. 35-54, 2023.

Uma consequência importante da reconfiguração kantiana é a nova articulação entre lógica e metafísica. Kant distingue lógica formal, que trata apenas da forma do pensamento em geral, e lógica transcendental, que investiga as condições de possibilidade do conhecimento objetivo. A primeira é completa e autônoma, como ciência puramente analítica das regras do entendimento; a segunda é crítica e constitutiva, pois estabelece a legitimidade dos conceitos puros que possibilitam a experiência. Como observa Mosser, o reconhecimento da completude da lógica formal serve de pressuposto estratégico, pois apenas ao declarar esgotada a lógica tradicional é que Kant pode fundar a necessidade de uma nova lógica, a transcendental²⁰. Essa distinção, como explica Lu-Adler, não implica em oposição, mas em complementaridade. A lógica formal permanece válida em seu domínio, mas se mostra insuficiente para responder ao problema da objetividade, exigindo a lógica transcendental como fundamento último²¹.

Esse ponto marca também a diferença em relação a Aristóteles. Na tradição aristotélica, a lógica nunca se separa inteiramente da metafísica, pois a análise das categorias é simultaneamente análise do ser e dos modos de predicação. Em Kant, ao contrário, a separação metodológica é explícita: a lógica formal se abstrai de todo conteúdo, enquanto a metafísica, redefinida criticamente, se identifica com a lógica transcendental. Como nota Cassy Jones, a filosofia crítica não elimina a metafísica, mas a transforma em uma lógica das condições de possibilidade: a metafísica não é mais ontologia, mas ciência do *a priori*²². Bohnet argumenta que esse deslocamento redefine a metafísica: ela deixa de ser ontologia e passa a ser uma lógica das condições de possibilidade, dedicada aos conceitos puros²³. Sgarbi, por sua vez, advoga que a relação entre lógica aristotélica e o sistema crítico kantiano não é de ruptura radical. Kant preserva a completude da lógica formal, porém a reinterpreta frente à exigência crítico-transcendental²⁴.

Assim, a originalidade e a limitação de Kant se mostram inseparáveis. Ao distinguir lógica formal e lógica transcendental, ele inaugura a crítica da metafísica, entendida como ciência das condições *a priori* do conhecimento. Mas, ao não conseguir derivar de forma plenamente imanente a tabela das categorias, sua dedução permanece externa. Essa insuficiência é precisamente o ponto de passagem para Hegel. Se em Kant a exigência metodológica se torna

²⁰ MOSSER, Kurt. **Kant and the Logic of Aristotle**. Philosophy Faculty Publications. 22, 2004.

²¹ LU-ADLER, Huaping. **Kant on Proving Aristotle's Logic as Complete**. Published online by Cambridge University Press: 01 February 2016.

²² SILVA, Cassy Jones Felipe Cardoso da. **Kant e o problema da relação entre lógica e metafísica**/ Cassy Jones Felipe Cardoso da Silva; orientador Maurício Cardoso Keinert - São Paulo, 2021.

²³ BOHNET, Clayton. **Logic and the Limits of Philosophy in Kant and Hegel**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

²⁴ SGARBI, Marco. **Kant and Aristotle: Epistemology, Logic and Method**. Albany, NY: SUNY Press, 2016.

clara, em Hegel ela encontrará sua primeira realização sistemática, quando o método se confundir com o próprio desenvolvimento do conteúdo. Mas é inegável que, sem Kant, essa realização não teria sido possível. Kant representa o momento em que o problema do método de dedução das categorias é explicitado em toda sua radicalidade. Se a execução não alcança o ideal prometido, ainda assim o passo dado pela filosofia crítica é insubstituível, pois inaugura uma nova forma de pensar a relação entre lógica e metafísica, bem como o problema do método.

Assim, a seção kantiana da história das categorias pode ser resumida em três pontos: primeiro, a mudança de abordagem em relação a Aristóteles, ao transformar as categorias em formas *a priori* do entendimento e condições de possibilidade da experiência; segundo, a tentativa de deduzir as categorias a partir das formas de juízo, tentativa reconhecida pela tradição e pela literatura contemporânea como metodologicamente controversa; terceiro, a fundação de uma lógica transcendental que, ao mesmo tempo, conserva e supera a lógica formal aristotélica, articulando lógica e metafísica em um novo terreno crítico. É nesse triplo movimento que se pode avaliar a contribuição de Kant como autor que anunciou para a resolução do problema das categorias a necessidade de um método, inaugurando a questão metodológica como problemática própria.

3. As categorias em Hegel

Hegel reconhece que “o grande mérito da filosofia kantiana foi ter chamado a nossa atenção diretamente para o fato de que o uso de categorias pelo pensamento procede normalmente sem nunca sequer ser notado”²⁵. Com efeito, para Hegel, essas “formas do pensamento estão, primeiramente, expostas e depositadas na linguagem do ser humano”²⁶:

A linguagem se inseriu em tudo aquilo que se torna para ele [o ser humano] em geral um interior, uma representação, em tudo aquilo de que ele se apropria, e o que ele torna linguagem e exprime nela contém de modo mais encoberto, mais misturado ou mais elaborado uma categoria; tão natural lhe é o lógico, ou, precisamente: é sua própria *natureza peculiar*.²⁷

Essa passagem mostra que, para Hegel, as categorias não são invenções arbitrárias do filósofo, mas estruturas já operantes em nosso uso da linguagem e em nossas representações. Justamente por isso, o problema não é apenas reconhecê-las, mas investigá-las criticamente em

²⁵ HEGEL, G.W.F. **Lectures on Logic**. Translation by Clark Butler. Indiana: Indiana University Press. 2008, p.31, tradução nossa.

²⁶ HEGEL, G.W.F. **Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser**. Tradução Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 31-32.

²⁷ HEGEL. **Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser**, p. 32.

sua origem e desenvolvimento, tarefa que só pode ser realizada por meio de um método que as exponha em sua necessidade interna.

Mas assim como nem todos os elementos da linguagem pertencem à lógica, nem toda palavra pode ser considerada uma categoria. Categorias, no sentido filosófico do termo, seriam apenas aquelas formas mais gerais e mais básicas, sem as quais nos seria impossível conceber, compreender, ou formular qualquer pensamento. Tradicionalmente são vinculadas a categorias específicas: substância, relação, gênero, espécie, etc. Para Hegel, tais conceitos são tão familiares no nosso uso da linguagem que, “na medida em que os objetos lógicos, assim como suas expressões, são algo mais ou menos conhecido por todos na cultura, assim (...) o que é *bem conhecido* não é, por causa disso, *reconhecido*”²⁸. É justamente essa familiaridade enganosa que torna necessário passar do uso espontâneo à crítica sistemática: se toda linguagem já contém categorias, o desafio filosófico é compreender como essas formas se estruturam e se ordenam em sua necessidade.

Purificar essas categorias, que são ativas apenas de modo instintivo e, primeiramente, [são] trazidas à consciência do espírito como isoladas e, com isso, de maneira variável e confusa e lhe concedem, dessa maneira, uma efetividade isolada e incerta, e elevar o espírito nas categorias à liberdade e à verdade, isto é, portanto, o empreendimento lógico supremo.²⁹

O exame crítico das categorias, para Hegel, é o trabalho da *Ciência da Lógica*. Como assevera Brandom, “o vocabulário lógico confere aos praticantes o poder expressivo de tornar explícitas (...) justamente aquelas características implícitas da prática linguística que conferem conteúdos semânticos às suas enunciações em primeiro lugar.”³⁰ Enquanto as categorias mais básicas que usamos para interpretar o mundo permanecem pressupostas, sequer adquirimos a consciência de que o nosso conhecimento sobre mundo é mediado por elas. Essa ausência de consciência favorece a ilusão empirista de que lidamos com dados imediatos, quando na verdade já os ordenamos de acordo com categorias prévias³¹.

A ilusão básica no empirismo científico é sempre esta: utilizar as categorias metafísicas de matéria, força, e também do uno, múltiplo, universalidade, infinito, etc., e além disso avançar por silogismos na linha de tais categorias, ali pressupondo e aplicando as formas do silogismo; e não saber que em tudo, ele

²⁸ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 33.

²⁹ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 38.

³⁰ BRANDOM, Robert. *Making It Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994, p. xix, tradução nossa.

³¹ Cf. SELLARS, Wilfrid. *Empiricism and the Philosophy of Mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997. Especialmente a crítica ao “mito do dado”, onde o autor argumenta que não há conhecimento imediato, mas apenas experiência já estruturada por conceitos.

mesmo, assim inclui e pratica metafísica; e usa essas categorias, e suas ligações, de maneira completamente acrítica e inconsciente.³²

A crítica hegeliana mostra que, sem tornar explícitas essas mediações, o conhecimento permanece ingênuo e acrítico. Daí a exigência de uma investigação sistemática que reconstrua as categorias em sua ordem necessária, mostrando que o próprio pensar contém em si as condições de inteligibilidade da experiência. O que está em jogo, em última instância, é a possibilidade de um método capaz de tornar explícitas as formas lógicas que já estruturam nossa experiência, nossa linguagem, e nosso conhecimento. É nesse horizonte que se deve compreender a relevância da investigação categorial para a filosofia e para as ciências, e é nesse ponto que se coloca a contribuição da lógica especulativa de Hegel.

Kant havia formulado com clareza o problema: como justificar um método sintético *a priori* que assegurasse a dedução necessária das categorias? Sua dedução transcendental mostrou a necessidade das categorias como formas puras do entendimento, mas não explicou o modo pelo qual elas se engendram a partir de um princípio único. O sistema kantiano manteve-se dependente de uma enumeração externa, na medida em que a passagem das formas de juízo às categorias não é inteiramente transparente. É precisamente nesse ponto que Hegel intervém com a lógica especulativa. Para ele, não basta pressupor um inventário de conceitos fundamentais; é necessário reconstruir a sua gênese interna, mostrando como cada determinação nasce da anterior em virtude de suas próprias contradições. O método não é, portanto, um instrumento externo ao conteúdo, mas o próprio movimento das categorias em sua sucessão necessária. Como destaca Houlgate, a originalidade de Hegel está em não impor regras exteriores ao pensamento, mas em deixar que as próprias categorias revelem sua necessidade interna³³. Nesse sentido, o que Kant buscava como método sintético *a priori* encontra, segundo Priest, sua efetivação apenas na dialética, que assume a contradição como princípio constitutivo do desenvolvimento categorial³⁴.

3.1 Operações dialéticas: passagem, reflexão, especulação

Hegel explicita três operações fundamentais que estruturam esse desenvolvimento categorial imanente. Na versão enciclopédica de sua *Lógica*, Hegel apresenta esses momentos de

³² HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das ciências filosóficas: em compêndio (1830). Volume I: A Ciência da Lógica.** Tradução Paulo Meneses e José Machado (colaboração). 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012, p. 104.

³³ HOULGATE, Stephen. **The Opening of Hegel's Logic: From Being to Infinity.** West Lafayette: Purdue University Press, 2006.

³⁴ Cf. PRIEST, Stephen (org.). **Hegel's Critique of Kant.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

forma didática como: “a) o *lado abstrato* ou do *entendimento*; b) o *dialético* ou *negativamente-racional*; c) o *especulativo* ou *positivamente racional*”³⁵. Confirmando a existência desses três momentos, ou operações lógicas, McTaggart³⁶ chama nossa atenção para o fato de que, analisando o modo de exposição da *Ciência da Lógica*, a progressão categorial adquire diferentes feições em cada uma das três doutrinas – ser, essência e conceito –; diferença ratificada textualmente por Hegel, quando este diz que “a forma abstrata da progressão é, no ser, um outro e o *passar* para um outro; na essência, é um *aparecer no oposto*; no *conceito*, é a diferenciação entre o *singular* e a *universalidade*”³⁷. Ou seja, em cada uma das doutrinas da *Ciência da Lógica*, as operações lógicas se apresentam de forma progressivamente distinta da doutrina anterior. No ser, é a *passagem*, que faz desvanecer a primeira categoria no engendramento da segunda; na essência, é a *reflexão*, que explicita a efetividade da primeira categoria na sua relação essencial com a segunda; no conceito, é a *especulação*, que opera a autorreferência da primeira categoria, na sua diferença interna enquanto singular e universal, por intermédio da particularidade da segunda categoria. Cada uma dessas operações apresenta um produto que lhe é específico. No ser, é a negação abstrata; na essência, é a negação determinada; no conceito, é a negação da negação³⁸. Analisemos com mais detalhes essas operações.

(1) Passagem. A primeira operação é a *passagem*, que terá como produto uma *negação abstrata*. Trata-se do movimento pelo qual uma determinação imediata se converte diretamente em sua contrária. Esse é o momento mais inicial do processo de exposição dialética das categorias: o ser, tomado em sua pureza e abstração, mostra-se indistinguível do nada; ambos se dissolvem um no outro, dando origem ao devir. A fórmula lógica que expressa esse processo pode ser resumida na passagem de A para $\neg A$, isto é, a determinação imediata (A) desaparece em sua negação ($\neg A$). Como explica Houlgate, esse movimento não é imposto de fora, mas resulta da instabilidade interna da própria determinação, que não possui conteúdo suficiente para se sustentar³⁹. É por isso que Hegel abre a *Ciência da Lógica* com o ser puro, mostrando que ele se desfaz no nada, e revelando que toda determinação abstrata já contém a sua própria

³⁵ HEGEL. *Enciclopédia das ciências filosóficas. Volume I: A Ciência da Lógica*, p.159.

³⁶ MCTAGGART, J.M.E. *A Commentary on Hegel's Logic*. London: Cambridge University Press, 1910, p.11-12.

³⁷ HEGEL. *Enciclopédia das ciências filosóficas. Volume I: A Ciência da Lógica*, p.240.

³⁸ Cf. CORRÊA, Rômulo F. *Método Dialético: um estudo da lógica dialética como método de exposição teórica*. (Doutorado em Filosofia). UFRJ, 2021.

³⁹ Cf. HOULGATE. *The Opening of Hegel's Logic: From Being to Infinity*.

negação⁴⁰. O caráter “abstrato” dessa negação consiste justamente em sua falta de mediação: *A* desaparece em $\neg A$ sem conservar nada de si – a relação (de passagem) entre ambos não é registrada como tal pelo pensador. Por isso, a passagem inaugura o movimento dialético, mas não pode ser o ponto final: ela exige um passo seguinte, no qual o negativo seja preservado e a contradição se torne produtiva.

A única coisa *para ganhar a progressão científica* [...] é o conhecimento do princípio lógico de que o negativo é igualmente positivo ou que o que se contradiz não se dissolve no que é nulo, no nada abstrato, mas essencialmente apenas na negação de seu conteúdo *particular* ou que uma tal negação não é toda negação, mas a *negação da Coisa determinada* que se dissolve, com o que é negação determinada; que, então, no resultado está contido essencialmente aquilo do qual resulta [...] Na medida em que o que resulta, a negação, é negação *determinada*, ela possui um *conteúdo*. Ela é um novo conceito, mas conceito mais elevado, mais rico do que o precedente; pois ela se tornou mais rica devido a essa negação ou [a esse] contraposto; então, ela o contém, mas também mais do que ele, e é a unidade dele e do seu contraposto.⁴¹

Para Hegel, toda negação é abstrata quando é considerada apenas em seu aspecto negativo. Uma vez que se reconhece que a segunda categoria carrega a primeira junto consigo, e que, assim, tem como seu conteúdo a própria relação que mantém com a anterior, daí então está colocada a dica de como as categorias subsequentes serão derivadas e quais serão os seus conteúdos semânticos. E, então, “o processo se produz por si mesmo”. Temos assim que o verdadeiro significado de $\neg A$ é a relação que mantém com *A*, ou, em outras palavras, é a totalidade do processo que o engendrou: $A \rightarrow \neg A$. O conteúdo positivo de $\neg A$ é, portanto, ser a negação de *A*; por isso, diz-se que é uma *negação determinada*.

(2) Reflexão. A negação determinada é a essência da qual a negação abstrata é a aparência. Segundo Hegel, “na essência, o transitar não tem mais lugar, mas somente a relação. A forma da relação no ser é apenas reflexão nossa; na essência, ao contrário, a relação é sua própria determinação.”⁴². Na esfera do ser, o caráter relativo das categorias negativas permanece oculto. O seu caráter mediado, reflexivo, ainda não se encontra posto, não se manifesta para o investigador ocupado em engendrar as categorias. Por isso, onde há negação, ele só enxerga a nulidade. Apenas na esfera da essência, as determinações que advêm da negação das categorias precedentes surgem acompanhadas da relação de oposição que mantém entre si. Assim, ele

⁴⁰ Esse ponto tem sido retomado por Michael Wolff (*Die Vollständigkeit der Kantischen Urteilstafel*, 1995) e Clinton Tolley (*Kant's Conception of Logic*, 2012), que destacam como Hegel rompe com a arbitrariedade ainda presente em Kant ao mostrar que o próprio conceito inicial exige a sua superação.

⁴¹ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 57.

⁴² HEGEL. *Enciclopédia das ciências filosóficas. Volume I: A Ciência da Lógica*, p.111.

deixa de ser uma negação que é idêntica ao nada, uma categoria totalmente carente de conteúdo, para ser uma negação com conteúdo. Aqui se evidencia a diferença em relação a Kant: enquanto este vinculava a unidade entre categorias à apercepção transcendental, em Hegel a relação entre A e $\neg A$ é imanente às próprias determinações, não ao sujeito que as pensa.

Em outros termos, a categoria engendrada (ex: $\neg A$) deixa de ser uma negação *simpliciter*, e passa a ser a negação estrita da categoria que a engendrou (ex: A). Na *doutrina da essência*, as relações entre categorias opostas ganham estabilidade e, por isso, o caráter determinado das categorias negativas é posto enquanto tal. A operação dialética, que antes se manifestava como passagem, passa a se manifestar como *reflexão*. “A essência é reflexão; o movimento do devir e do passar que permanece dentro de si mesmo, em que o diferenciado está determinado pura e simplesmente apenas como o negativo em si, como aparência”⁴³.

Faz-se necessário, neste ponto, a compreensão do fenômeno da *suprassunção*.

*Suprassumir e o suprassumido (o ideal) é um dos conceitos mais importantes da filosofia, uma determinação fundamental que, pura e simplesmente, retorna por todos os lados e cujo sentido precisa ser apreendido determinadamente e particularmente diferenciado do nada. – O que se suprassume, não se torna, por isso, nada. Nada é o imediato; um suprassumido, ao contrário, é um mediado, é aquilo que não é, mas como um resultado que partiu de um ser; ele tem, portanto, ainda em si, a determinidade da qual provém.*⁴⁴

A definição de suprassunção é complementar àquela da negação determinada e, para um olhar desatento, pode chegar a confundir-se com esta. Pode-se dizer que se trata de dois lados da mesma moeda. Um, o lado do resultado, o outro, o lado do processo. O processo de suprassunção é inerente à negatividade das operações lógicas da dialética. Se esse processo é reconhecido pelo pensador, o resultado inevitavelmente será uma negação determinada, se não for reconhecido, isto é, se ocorrer por “trás da cabeça” do pensador, o resultado será uma negação abstrata.

Esse processo tem um sujeito (o que suprassume) e o objeto (o suprassumido). Se comecemos com a categoria A , e passamos para a categoria $\neg A$, a segunda suprassumiu a primeira. Mas suprassumir é um termo que tem “o sentido duplo pelo qual significa tanto guardar, conservar, quanto, ao mesmo tempo, cessar, por fim”⁴⁵. Isso significa que, apesar de $\neg A$ ter superado, ter suprimido, ter negado, a categoria A , ele também a conserva. Há aqui uma tensão entre

⁴³ HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica: 2. A doutrina da essência*. Tradução Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 43.

⁴⁴ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 111.

⁴⁵ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 111.

o que, na esfera do ser, é manifesto e o que é oculto. Aquilo que é ocultado, apagado, nem por isso deixa de existir, nem por isso deixa de ser conservado por aquilo que o superou. Na operação de passagem, o desaparecimento de A simultâneo ao surgimento imediato de $\neg A$ termina por encobrir a relação que a segunda categoria mantém com a primeira. Essa relação não se perde, mas é mantida latente no próprio conteúdo da segunda categoria. Como bem nota Graham Priest⁴⁶, esse é precisamente o ponto em que a contradição se mostra fecunda: o negativo não anula o positivo, mas o conserva em forma transformada, revelando o papel produtivo da negação no pensamento.

(3) Especulação. A negação abstrata e a negação determinada são ambas uma mesma negação, porém observadas de diferentes pontos de vista. Do ponto de vista do entendimento, vimos que a primeira negação da progressão categorial resulta em outro momento abstrato, enquanto, do ponto de vista da razão, essa mesma negação resulta em um momento reflexivo. Por isso a negação da negação é, na verdade, a segunda negação da progressão categorial, ela é propriamente a negação da primeira negação.

Todas essas determinações têm como fundamento a unidade negativa consigo. Mas, nisso, a negação como primeira, como negação em geral, precisa ser diferenciada da segunda, da negação da negação que é a negatividade concreta, absoluta, como aquela primeira é, ao contrário, apenas a negatividade abstrata. (Hegel, 2016, p.120).

Se a primeira negação reside no ato de algo negar a si mesmo gerando um outro, a segunda negação reside no ato de algo negar o outro, retornando a si próprio. Em outras palavras, a negação da negação trata da relação que uma categoria mantém consigo mesma, porém por meio da relação que mantém com uma outra categoria oposta a ela. Essa autorrelação não pode ser uma simples relação abstrata e tautológica do tipo $A \rightarrow A$, mas sim uma relação do tipo $A \rightarrow \neg A \rightarrow A$. Robert Brandom interpreta essa operação como o momento em que a razão torna explícito, retrospectivamente, aquilo que já estava implícito nas mediações anteriores: a identidade só se reconhece como tal quando passa pela diferença⁴⁷. Nesta última formulação, conseguimos vislumbrar mais adequadamente o percurso especulativo da relação que uma categoria

⁴⁶ PRIEST, Graham. **One: Being an Investigation into the Unity of Reality and of its Parts, including the Singular Object which is Nothingness**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 145-150.

⁴⁷ BRANDOM, Robert. **A Spirit of Trust: A Reading of Hegel's Phenomenology**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019, cap. 6 e 7.

mantém consigo mesmo por meio de outra categoria. A negação da negação, ou negação absoluta, ao operar um retorno à primeira categoria por meio de outra, oferece também uma saída, e um fechamento, para o sistema dialético, que não a progressão *ad infinitum*.

Assim, como já vimos, a característica mais imediata da negação da negação é a *autor-relação*. “Mas essa é *em si* relação consigo mesma, a afirmação, mas como retorno para si mesmo, isto é, através da *mediação* que é a negação da negação.”⁴⁸. A categoria *A*, assim que aparece como primeira categoria do sistema, se apresenta como uma categoria universal, porém abstrata. No momento em que é confrontada com o seu oposto, $\neg A$, em uma relação de reflexão ($A \rightarrow \neg A$) ela é imediatamente rebaixada a uma categoria particular ao lado de outra. O retorno de *A* a si mesmo, é também um retorno à universalidade. Do ponto de vista desse retorno ($A \rightarrow \neg A \rightarrow A$), o primeiro *A* é relegado à condição de uma categoria abstrata; a segunda categoria, $\neg A$, assume o papel de mediadora particular; e a terceira categoria *A*, que agora se relaciona consigo mesmo por meio de $\neg A$, assume o papel de um universal concreto, de uma categoria cujo conteúdo, agora determinado, abarca a relação que ela própria mantém com o seu oposto. Dessa forma, como enfatiza Houlgate (2006), a especulação é o verdadeiro método da exposição categorial: cada conceito retorna a si de modo enriquecido, evitando tanto a arbitrariedade da enumeração aristotélica quanto a dedução externa kantiana⁴⁹.

Na *doutrina do conceito*, não há nenhuma determinação propriamente externa; de tal modo que tudo aquilo que se apresenta como externo a uma categoria não passa de uma externalização da sua própria contradição interna. A esta altura da progressão, na *Ciência da Lógica*, todas as internalizações das determinações externas já foram operadas; o que significa que apenas resta às categorias que surgem na progressão a explicitação de seu conteúdo. À título de resumo, vale definir as determinações essenciais que caracterizam a *doutrina do conceito* e, por conseguinte, a operação dialética de *especulação*, como a explicitação da autorreferência de uma categoria que retorna a si a partir de sua relação com uma categoria oposta; como a explicitação, portanto, da unidade entre categorias particulares opostas reunidas sob o índice de uma das duas enquanto universal.

A negação da negação, portanto, é o que garante a progressão do sistema: cada categoria não apenas se desfaz em seu contrário, nem apenas se reflete nele, mas retorna a si como categoria mais rica, carregando consigo o conteúdo da contradição anterior. É essa operação que

⁴⁸ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 120.

⁴⁹ HOULGATE. *The Opening of Hegel's Logic: From Being to Infinity*, p.32-37.

confere ao método dialético sua estrutura cumulativa e totalizante, distinta tanto da mera enumeração aristotélica quanto da dedução externa kantiana. A partir dessa análise das operações da lógica especulativa, conseguimos compreender melhor a posição de Hegel sobre a relação entre lógica e metafísica, e sua diferença com relação à Aristóteles e Kant.

3.2 *A relação entre lógica e metafísica em Hegel*

Se o grande mérito de Kant, aos olhos de Hegel, foi ter reconhecido o papel das categorias como mediações necessárias entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, seu grande demérito, digamos assim, ao tê-las alocado como formas puras *a priori* à esfera do entendimento, foi ter relegado o mundo exterior (a coisa-em-si) à condição de esfera incognoscível. Em outros termos, ao reconhecer que o nosso conhecimento do mundo é “filtrado” pelas formas do entendimento, não ocorreu a Kant a possibilidade de que “o mundo é feito do tipo de coisas que podemos pensar”⁵⁰. Essa formulação de McDowell, embora reconhecidamente ousada, longe de pretender dissolver a realidade na mente, busca apenas mostrar que não há uma barreira entre pensamento e mundo. O tipo de objetos que podem ser pensados é do mesmo tipo de coisas que compõe a realidade externa à mente. É nesse sentido que ele critica a herança kantiana de uma incognoscibilidade da coisa-em-si. Para McDowell, não precisamos conceber o mundo como algo “além” do que pode ser pensado. O mundo, justamente, é o domínio do pensável.

Tal é precisamente a posição de Hegel, que necessariamente influi em sua própria concepção do que sejam as categorias. Hegel vai tematizar explicitamente a relação entre lógica e metafísica ao ponto da completa identidade, porém mediada por sua diferença. Para este filósofo, ambas, a lógica e a metafísica, se confundem na “ciência das *coisas* apreendidas no *pensamento*”, isto é, na ciência capaz de pensar a “*essencialidade das coisas*”⁵¹.

A lógica, podemos agora ver, coincide com a metafísica. Contudo, a matéria em questão é, sobretudo, pensamentos. Mas por “lógica” costuma-se compreender o pensamento apenas em sua forma subjetiva, enquanto por “metafísica” costuma-se compreender o pensamento aplicado, um pensamento que se estende aos objetos tomados pela representação.⁵²

⁵⁰ McDOWELL, John. **Mind and World**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000, p.27-28.

⁵¹ HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das ciências filosóficas: em compêndio (1830). Volume I: A Ciência da Lógica**. Tradução Paulo Meneses e José Machado (colaboração). 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012, p. 77.

⁵² HEGEL. **Lectures on Logic**, p. 15, tradução nossa.

Tanto em Aristóteles quanto em Kant encontramos uma relação entre lógica e metafísica, mas em nenhum dos dois essa relação assume a forma de coincidência completa. Em Aristóteles, a lógica não se apresenta como disciplina autônoma, mas como instrumento das investigações ontológicas; as categorias são ao mesmo tempo modos de predicação e modos de ser, de modo que a distinção entre forma e conteúdo, no sentido moderno, não é tematizada. Em Kant, ao contrário, a separação é explícita: a lógica formal limita-se ao estudo da forma do pensamento em geral, enquanto a metafísica crítica, identificada com a lógica transcendental, trata das condições *a priori* da objetividade. Nesse caso, a metafísica já não é ciência do ser em si, mas ciência das condições de possibilidade da experiência. Em ambos, portanto, lógica e metafísica aparecem como âmbitos complementares, mas não como idênticos – algo que será próprio apenas da lógica especulativa hegeliana. Para Hegel, em contrapartida, o que está em questão não é o pensamento formal isolado do seu conteúdo objetivo, mas o estudo do *pensamento aplicado ao seu objeto*.

Podemos de fato chamar [a metafísica] de lógica aplicada, embora seja bastante diferente da lógica aplicada dos manuais. A distinção entre pensamento e seus objetos fica pelo caminho, porquanto agora nós temos *pensamentos objetivos*, i.e., pensamentos que são eles próprios a matéria em questão. *Pensamos a matéria*, não pensamos *sobre ela*, mas estamos deveras alojados nela, na matéria mesma. Pensamentos objetivos são pensamentos que constituem o próprio conteúdo, são eles o que há de substancial. Lógica é então conteúdo, e, com isso, coincide com a metafísica.⁵³

Ora, o interesse primevo da filosofia é conhecer o mundo tal como ele é em si. A primeira manifestação desse interesse se deu por meio de uma “metafísica ingênua” representada por Aristóteles. Trata-se de uma metafísica que “carece de qualquer consciência dos critérios, categorias, ou pensamentos pelo uso dos quais tal filosofar ingenuamente tem se movimentado”⁵⁴. A ingenuidade aqui não reside em um defeito do pensamento aristotélico, mas no fato de não explicitar, e portanto não tematizar, a relação entre lógica e metafísica, entre pensamento e ser.

A segunda manifestação se deu por meio da metafísica crítica de Kant. Mas o pensar aqui seria “incapaz de atingir a profundidade derivada da inserção em seus objetos. Antes, ele permanece aqui de um lado [da aparência], enquanto algo outro se mantém do lado de lá, no

⁵³ HEGEL. *Lectures on Logic*, p. 15, tradução nossa.

⁵⁴ HEGEL. *Lectures on Logic*, p. 71, tradução nossa.

extremo remoto”⁵⁵. Assume-se, nesta perspectiva, um abismo entre o pensar e seu objeto. Assim, ao explicitar e tornar consciente a relação entre lógica e metafísica, é realçado, antes de tudo, a sua diferença, que, na filosofia kantiana, se traduz na separação insuperável entre, de um lado, as formas do pensamento e, de outro, a coisa-em-si. O alto custo que Kant pagou para tematizar essa relação foi precisamente o isolamento das categorias com respeito ao seu objeto; foi precisamente, em suma, a separação irreconciliável entre os polos complementares dessa relação.

A terceira manifestação vem, assim, a negar a negação da primeira e recuperar a identidade entre categoria e ser que, na obra de Aristóteles estava implícita, e na obra de Kant foi relegada em favor da sua diferença. “O terceiro ponto de vista é, mais uma vez [mas polemicamente e reflexivamente] a unificação a partir do qual o filosofar ingênuo procedeu, [e de acordo com o qual] o pensar e o ser são imediatamente um”⁵⁶. Em Hegel, portanto, essa identidade entre lógica e metafísica, precisamente por ser mediada por sua diferença, não recai “na noite em que todos os gatos são pardos”, não retorna à identidade formal e abstrata tal como em Aristóteles, mas adquire a concretude necessária para uma tematização adequada do estudo das categorias na medida em que institui a lógica objetiva como *genus* do qual a lógica subjetiva (formal), e a metafísica são *species*.

Com isso, a lógica objetiva entra no lugar da metafísica anterior, a qual era o edifício científico sobre o mundo, edifício que apenas deveria ser erigido por meio de *pensamentos*. – Se levarmos em consideração a última figura da formação dessa ciência, então ela é primeira e imediatamente a ontologia, em cujo lugar entra a lógica objetiva, – a parte daquela metafísica que deveria investigar a natureza do *Ens* em geral; o *Ens* compreende em si tanto o ser quanto a essência.⁵⁷

Para Hegel, “todas as investigações nos levam de volta para a lógica”⁵⁸, mas para uma lógica objetiva, cujo exame crítico das categorias é sempre pressuposto tanto pelo estudo da natureza quanto pelo estudo da consciência. É um dos grandes méritos da filosofia de Hegel haver notado que, quando tratamos das categorias, estamos tratando de algo que é não só comum, mas logicamente anterior, tanto ao âmbito subjetivo do pensamento quanto ao âmbito

⁵⁵ HEGEL. *Lectures on Logic*, p. 71, tradução nossa.

⁵⁶ HEGEL. *Lectures on Logic*, p. 71, tradução nossa.

⁵⁷ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 66-67.

⁵⁸ HEGEL. *Lectures on Logic*, p. 64, tradução nossa.

objetivo da realidade⁵⁹. Ou seja, quando tratamos do ser, do devir, da relação, do particular e do universal, do todo e das partes, etc., estamos tratando de coisas que são tanto determinações do pensamento quanto determinações da realidade.

Não há nada de místico nessa identidade. Ela parte do pressuposto de que a realidade objetiva possui, ela própria, uma racionalidade; isto é, de que as relações mais fundamentais da realidade são, em sua essência, *relações lógicas*. Neste sentido, Hegel dá um passo além no projeto de Schelling – de estruturar o seu sistema filosófico da realidade pela combinação entre filosofia natural e filosofia transcendental; onde, na primeira, acompanhamos o curso da natureza até o surgimento da consciência, e, na segunda, acompanhamos o curso da consciência até o saber da natureza⁶⁰. Para Hegel, entretanto, existe uma terceira esfera, um âmbito anterior, que subjaz a ambas as filosofias, e que trata de um tipo peculiar de objetos, as categorias, sem as quais nenhuma consideração sobre a natureza ou sobre a consciência seria possível. O estudo dessa estrutura comum caberia à *Ciência da Lógica*.

Kant estaria certo ao afirmar que as categorias condicionam e estruturam *a priori* a compreensão de todas as nossas experiências, mas estaria errado ao afirmar que isso deve apenas ao fato de elas serem determinações puras do entendimento. Para Hegel, faltou a Kant a compreensão de que as categorias são determinações puras do entendimento precisamente porque elas também representam determinações objetivas e essenciais da realidade.

Na medida em que o interesse da filosofia kantiana estava voltado para o assim chamado *transcendental* das determinações do pensar, o tratamento das mesmas acabou ele mesmo vazio; o que elas são nelas mesmas, sem a relação abstrata, igual para todas, com o Eu, a determinidade delas uma contra a outra e sua relação recíproca não foi tornado objeto de consideração; portanto, o

⁵⁹ Diversos intérpretes contemporâneos confirmam esse caráter fundante da *Ciência da Lógica* sobre a *Filosofia da Natureza* e a *Filosofia do Espírito*. Stephen Houlgate sustenta que a *Lógica* não é uma abstração arbitrária, mas o fundamento sistemático que antecede e possibilita qualquer filosofia ulterior (*The Opening of Hegel's Logic*, 2006). Robert Pippin descreve a *Lógica* como a gramática da inteligibilidade, sem a qual a filosofia da natureza e do espírito careceriam de princípio ordenador (*Hegel's Idealism*, 1989). Terry Pinkard, por sua vez, reforça que a *Lógica* investiga os conceitos que tornam possível todo o sistema, razão pela qual deve ser situada como sua base (*Hegel*, 2012).

⁶⁰ “Schelling conhece, em última instância, apenas duas esferas da filosofia, as quais, na terminologia de Hegel, pertencem ambas à filosofia da *realidade* [natureza e espírito]. Aquela estrutura que precede a ambas e que Hegel tematiza na *Ciência da lógica* não tem lugar neste projeto de sistema de Schelling. E, no entanto, é fácil ver que não se pode renunciar a ela, e por três motivos. Em primeiro lugar, somente desse modo se pode compreender por que ambas as partes são momentos de uma unidade. Não basta afirmar sua relação mútua, é preciso explicitar estruturas *ontológicas gerais* que subjazem de igual modo à natureza e à inteligência. Em segundo lugar, como já foi dito, somente desse modo se pode tornar plausível a dependência da natureza em relação a uma esfera ideal. E, em terceiro lugar, uma filosofia natural e uma filosofia transcendental apriorísticas são inconcebíveis *sem essa esfera abrangente*, pois a partir de que deveriam ser fundamentadas as primeiras suposições de ambas as filosofias da realidade?” HÖSLE. **O sistema de Hegel: o idealismo da subjetividade e o problema da intersubjetividade**, p. 66-67.

conhecimento da natureza delas não se encontrou de modo algum exigido por essa filosofia.⁶¹

Para Hegel, é um “ponto de vista medroso” aquele que confere às relações lógicas um “significado essencialmente subjetivo”. E é justamente esse “medo diante do objeto” que torna a lógica e a metafísica “presas ao objeto do qual fugiram”; prisão esta que, no caso da filosofia kantiana, é ilustrada pela maneira como toda a sua epistemologia é condicionada pela sua relação negativa com uma coisa-em-si supostamente incognoscível. O resultado, para Hegel, é uma filosofia oca, onde a coisa-em-si é tão vazia de significado como as categorias puras do entendimento.

Neste sentido, a *Ciência da Lógica*, como o estudo crítico das categorias – isto é, como o exame simultâneo das determinações do pensamento e das determinações da realidade – possui assim, para Hegel, total condição de engendrar uma metafísica que satisfaça a sua intenção clássica original, a saber, a de conhecer a coisa-em-si, a essência da realidade. De certa forma, ao realizar em sua *Ciência da Lógica* o projeto metafísico indicado por Kant – de construir um sistema de categorias puras usando um método sintético *a priori* –, Hegel também o supera. Em primeiro lugar, porque reformula o próprio problema das categorias, não as considerando apenas como determinações subjetivas do pensamento, mas também como determinações objetivas da realidade. Em segundo lugar, porque reformula também o método necessário para levar a cabo esse sistema. Ao fim, o método sintético *a priori* procurado por Kant não é encontrado em outro lugar senão na própria dialética que este filósofo rejeitou devido ao seu compromisso arraigado com o princípio aristotélico da não-contradição.

Na medida em que Kant expôs a observação profunda sobre os princípios sintéticos *a priori* (...) ele, todavia, acolhe a partir da lógica formal, como dados, a conexão determinada, os conceitos de relação e os próprios princípios sintéticos; a dedução dos mesmos teria de ser a apresentação da passagem daquela unidade simples da autoconsciência para essas suas determinações e diferenças; mas Kant se poupou de mostrar esse progredir veridicamente sintético, do conceito que produz a si mesmo.⁶²

Kant importa diretamente da tradição aristotélica as suas tábuas, quando, em vez disso, deveria obedecer ao método determinado pelas próprias relações internas entre elas. Com efeito, se as categorias puras são determinações *a priori* do entendimento usadas independente do arbítrio do pensador, em vez de selecioná-las e expô-las de maneira arbitrária, o pensador deve

⁶¹ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 66.

⁶² HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica: 3. A doutrina do conceito*. Tradução Christian G. Iber e Federico Orsini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, p. 276.

se esforçar por se submeter à própria lógica imanente dessas categorias. Por isso, a dialética enquanto método de investigação e exposição das categorias puras não é um método no sentido usual que damos a esse termo; não é um instrumento formal isolado do seu conteúdo e aplicável universalmente de maneira indistinta a vários objetos particulares. Mas, ao contrário, “aquilo que constitui o método são as determinações do próprio conceito e suas relações, que tem que ser consideradas no significado de determinações do método”⁶³.

O método dialético é precisamente este método sintético, mas não só; pois, devido a seu caráter totalizante e ao seu condicionamento ao conteúdo, ele inclui em si também um momento analítico. Ou seja, assim como ocorre com todos os dualismos filosóficos, também a divisão analítico/sintético deixa de ser uma separação formal e passa a adquirir em Hegel o caráter de diferentes aspectos de um mesmo processo. Ao fim de sua *Ciência da Lógica*, Hegel explicita da seguinte forma o método de construção do seu sistema de categorias:

O método do conhecer absoluto é, neste sentido, *analítico*. O fato de que ele encontra a determinação ulterior de seu universal inicial unicamente dentro dele, é a objetividade absoluta do conceito, do qual o método é a certeza. – Mas ele é igualmente *sintético* na medida em que seu objeto, determinado imediatamente como universal simples, mostra-se como um outro através da determinidade que o objeto tem em sua imediatidade e universalidade mesmas.⁶⁴

O método é analítico na medida em que ele é completamente imanente à lógica do desenvolvimento categorial, sem nada de exterior acrescentar a ele, mas, pelo contrário, manifestando em uma relação externa (i.e., *exteriorizando*) apenas o conteúdo que já lhe pertencia internamente. Esse ato de exteriorização é, por um lado, claramente analítico, pois expõe o que já estava pressuposto no interior da categoria. No entanto, ele é também sintético, uma vez que o pensador apenas conhece o conteúdo interno do conceito por meio dessa exteriorização, que coloca um fora do outro, no qual a relação entre forma e conteúdo se manifesta como a relação entre categorias distintas. Portanto, o método é também sintético na medida em que o desenvolvimento autônomo do conteúdo categorial se nos apresenta imediatamente como a relação externa entre categorias distintas, e apenas de maneira retrospectiva, em um segundo momento, e por meio da interiorização dessa relação que se nos apresenta externa, reconhecemo-la como resultado imanente e necessário do desdobramento interno da categoria inicialmente sob exame.

⁶³ HEGEL. *Ciência da Lógica: 3. A doutrina do conceito*, p. 316.

⁶⁴ HEGEL. *Ciência da Lógica: 3. A doutrina do conceito*, p. 320.

“Esse momento tanto sintético quanto analítico (...), através do qual o universal inicial se determina a partir dele mesmo como o *outro de si*, precisa ser denominado o *dialético*”⁶⁵.

Havendo determinado o método dialético como o mais adequado à investigação das categorias, o problema adquire uma nova formulação. Não se trata mais apenas da busca abstrata pelas categorias e da indicação genérica da necessidade de um sistema. Trata-se de construir concretamente um sistema; o que significa construir uma *exposição* do sistema. Enquanto a filosofia permanecia na abstração de apenas *projetar* um sistema, este era considerado uma entidade imóvel, residente no éter das ideias, o qual era sempre indicado e referido, mas nunca *manifesto*. Já o empenho de manifestar concretamente um sistema por meio de um texto, de uma *formulação escrita*, coloca para essa concepção abstrata o problema da contradição entre a completude do sistema idealizado e a finitude da sua formulação textual, entre a universalidade do sistema abstrato e a particularidade da sua exposição concreta, entre a sua imobilidade no mundo das ideias, e o seu movimento na ordenação das categorias.

Do ponto de vista da dialética, e da filosofia que tem como primado o devir, *o sistema não pode ser senão a exposição do sistema*. Não há nenhuma entidade eterna e suprassensível à qual recorrer contra a transitoriedade e as limitações da sua formulação textual. Em Hegel, o sistema categorial coincide com a sua manifestação: é a *Ciência da Lógica*. Razão pela qual a ordenação das relações categoriais é idêntica à própria progressão imanente das categorias em um sistema. Diante disso, tampouco as categorias permanecem como entidades abstratas e estáticas, mas evoluem para formas cada vez mais concretas. Se, de início, tratamos apenas de categorias abstratas e com baixo grau de determinação, na medida em que avançamos, nos deparamos com categorias mais complexas, com *conceitos*, até que o sistema culmine naquela categoria que exprima a sua completude, a *ideia*.

4. Considerações finais

Kant buscava um método sintético *a priori* para justificar o trabalho filosófico de obter conhecimentos novos por meio do pensamento puro. Nesta busca, se viu na necessidade de restringir o alcance de nossa possibilidade de conhecimento apenas para os fenômenos do mundo, excluindo a possibilidade de conhecer o mundo em si. No entanto, mesmo operando essa redução, o filósofo de Königsberg não logrou legar à posteridade um método claro de concepção e concatenação das categorias puras.

⁶⁵ HEGEL. *Ciência da Lógica: 3. A doutrina do conceito*, p. 320.

Ao rejeitar a separação ontológica entre sujeito e objeto, reconhecendo o pertencimento de ambas as esferas da realidade à mesma totalidade, Hegel retorna o ônus da prova à Kant que, contra todas as evidências do senso comum, da ciência e da indústria, erige arbitrariamente uma parede entre o pensamento e o ser. O pensamento, o intelecto, a razão, para Hegel, estão no mundo, são dele parte componente e refletem as determinações da realidade⁶⁶. A lógica subjetiva do pensar, longe de ser alheia à lógica objetiva do real, não é senão a interiorização desta. Mas, mesmo refutando a incognoscibilidade da coisa-em-si, restaria a Hegel a justificação da cientificidade da filosofia, sobretudo em sua capacidade de produzir novos conhecimentos por meio do pensamento puro.

A questão a ser respondida é a seguinte: possui valor cognitivo o trabalho teórico de ordenamento categorial? A síntese dos dados esparsos e um todo coerente gera um conhecimento mais concreto do que aquele que possuímos antes da síntese? A exposição teórica faz parte do processo de investigação? Para Hegel, a *Ciência da Lógica* não se resume a um trabalho especulativo de articulação de categorias abstratas. Sozinha, enquanto lógica pura, ela é apenas o esqueleto do conhecimento, é “o reino das sombras”. Ou seja, comparada com o conhecimento das ciências empíricas, ela pode muito bem ser considerada uma ciência puramente formal, uma universalidade apenas abstrata. No entanto, por seu lado, as ciências empíricas, quando em oposição à ciência da lógica, detêm um conhecimento apenas particular, detêm apenas uma descrição empírica dos fenômenos, carente de universalidade concreta.

Apenas a partir do conhecimento mais profundo das outras ciências, o lógico eleva-se para o espírito subjetivo como um universal não somente abstrato, mas [também como um universal] que apreende em si a riqueza do particular (...). Desse modo, o lógico só através disso adquire a apreciação de seu valor, quando se tornou o resultado da experiência das ciências; ele se apresenta ao espírito a partir delas como a verdade universal, não como um conhecimento particular ao lado de outras matérias e realidades, mas como a essência de todo esse outro conteúdo.⁶⁷

Apenas naquele momento da reconstrução lógica dos dados empíricos é que o conhecimento científico obtém a sua universalidade.

[Através do estudo da lógica] Ele se familiariza com o que é abstrato e, na progressão por meio de conceitos sem substratos sensíveis, ele se torna o poder inconsciente de acolher, na forma racional, a multiplicidade restante dos

⁶⁶ “Pensar é uma expressão que atribui a determinação nela contida preferencialmente à consciência. Mas, na medida em que é dito que o entendimento, que a razão, estão no mundo objetivo, que o espírito e a natureza têm leis universais segundo as quais sua vida e suas alterações se fazem, então admite-se que as determinações do pensar igualmente têm valor e existência objetivos”. HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 53.

⁶⁷ HEGEL. *Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser*, p. 61.

conhecimentos e das ciências, de apreendê-las e retê-las no que elas têm de essencial, de tirar o exterior e, desse modo, extrair delas o lógico – ou, o que é o mesmo, de preencher a base abstrata do lógico, adquirida anteriormente por meio do estudo, com o conteúdo substancial de toda a verdade e dar-lhe o valor de um universal”.⁶⁸

É aqui que a dialética possui seu mais alto valor enquanto método. A exposição teórica é um momento crucial da investigação, é o momento da síntese de todo o processo. Sem ele, o conhecimento é fragmentário, ou, o que é dizer o mesmo, não é ainda conhecimento. Toda ciência digna desse nome possui esse momento, e todo cientista nele se concentra com afinco, tendo disso consciência ou não. Do que se depreende que, no momento em que os dados empíricos são sintetizados em um todo orgânico, *há um acréscimo de conhecimento*. O cientista aprende algo a mais depois da exposição teórica do que sabia apenas diante de fatos desconexos. A possibilidade de produzir conhecimentos novos por meio do pensamento puro, buscada por Kant, vai ser encontrada no modo de exposição que busca sistematizar em uma teoria os resultados da investigação prévia (empírica ou não). Na medida que essa sistematização é orientada por um método especulativo rigoroso – no caso, o método dialético – capaz de expor de forma necessária as relações categoriais abstraídas do objeto investigado e que refletem sua estrutura real, é que o conhecimento científico (sistemático) desse objeto se torna possível.

BIBLIOGRAFIA

- ACKRILL, J. L. **Aristotle's Categories and De Interpretatione** (translation with notes), Oxford: Clarendon Press, 1963.
- ARISTÓTELES. **Órganon**. Tradução de Edson Bini, São Paulo: Edipro, 1. ed., 2005.
- BAUMER, Michael. **Chasing Aristotle's Categories down the Tree of Grammar**, *Journal of Philosophical Research*, 18, 1993, p. 341-449.
- BOHNET, Clayton. **Logic and the Limits of Philosophy in Kant and Hegel**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.
- BRANDOM, Robert. **Making It Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.
- BRANDOM, Robert. **A Spirit of Trust: A Reading of Hegel's Phenomenology**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019.
- CARR, Brian. **Metaphysics: An Introduction**, Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press International, 1987.

⁶⁸ HEGEL. **Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser**, p. 62.

- CHAKRABARTI, Dipanwita. **The Kantian Notion of Categories and their Origin**. Athens Journal of Humanities & Arts, v. 10, n. 1, p. 35-54, 2023.
- CORRÊA, Rômulo Ferreira. **Método dialético: um estudo da lógica dialética como método de exposição teórica**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.
- HEGEL, G.W.F. **Ciência da Lógica: 1. A doutrina do ser**. Tradução Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- HEGEL, G.W.F. **Ciência da Lógica: 2. A doutrina da essência**. Tradução Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HEGEL, G.W.F. **Ciência da Lógica: 3. A doutrina do conceito**. Tradução Christian G. Iber e Federico Orsini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das ciências filosóficas: em compêndio (1830). Volume I: A Ciência da Lógica**. Tradução Paulo Meneses e José Machado (colaboração). 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HEGEL, G.W.F. **Lectures on Logic**. Translation by Clark Butler. Indiana: Indiana University Press, 2008.
- HÖSLE, Vittorio. **O sistema de Hegel: o idealismo da subjetividade e o problema da intersubjetividade**. São Paulo: Loyola, 2007.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Alexandre F. Morujão e Manuela P. dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 8. ed., 2013.
- KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda Metafísica futura**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LU-ADLER, Huaping. **Kant on Proving Aristotle's Logic as Complete**. Published online by Cambridge University Press: 01 February 2016.
- McDOWELL, John. **Mind and World**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
- MCTAGGART, J.M.E. **A Commentary on Hegel's Logic**. London: Cambridge University Press, 1910.
- MORAVCSIK, J. M. E. **Aristotle's Theory of Categories**, in *Aristotle: A Collection of Critical Essays*, Garden City: Doubleday and Co. 1967, p.125-148.
- MOSSER, Kurt, **Kant and the Logic of Aristotle**. Philosophy Faculty Publications. 22, 2004.
- PINKARD, Terry. **Hegel**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- PIPPIN, Robert. **Hegel's Idealism: The Satisfactions of Self-Consciousness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- PORFÍRIO. **Isagoge. Introdução às Categorias de Aristóteles**. Trad., pref. e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa: Guimarães, 1994.
- PRIEST, Stephen (org.). **Hegel's Critique of Kant**. Oxford: Oxford University Press (Clarendon Press), 1987.
- PRIEST, Graham. **One: Being an Investigation into the Unity of Reality and of its Parts, including the Singular Object which is Nothingness**. Oxford: Oxford University Press, 2014

- SILVA, Cassy Jones Felipe Cardoso da. **Kant e o problema da relação entre lógica emetafísica/ Cassy Jones Felipe Cardoso da Silva**; orientador Maurício Cardoso Keinert - São Paulo, 2021.
- SELLARS, Wilfrid. **Empiricism and the Philosophy of Mind**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.
- SGARBI, Marco. **Kant and Aristotle: Epistemology, Logic and Method**. Albany, NY: SUNY Press, 2016.
- SOLMSEN, F. **Boethius and the History of the Organon**. *The American Journal of Philology*, v. 65, n. 1. 1944, p. 69-74.
- STANG, Nicholas. **Kant's Metaphysical Deduction of the Categories**. *European Journal of Philosophy*, v. 32, n. 1, p. 140-165, 2024.
- STUDTMANN, Paul. **Aristotle's Categories**. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2018.
- TOLLEY, Clinton. **Kant's Conception of Logic**. Stanford: Stanford University Press, 2012.
- WOLFF, Michael. **Die Vollständigkeit der kantischen Urteilstafel**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1995.
- WOLFF, Michael. **How Precise Is Kant's Table of Judgments?** In: CHAUVIRÉ, Christiane; TERRA, Ricardo R. (orgs.). *Kant and the Concept of Judgment*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2017. p. 17-38

RECEBIDO EM 25/10/2024

ACEITO EM 01/09/2025